



DIÁRIO

da Assembleia da República

XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 19 DE ABRIL DE 2024

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [José Pedro Aguiar-Branco](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 34 minutos, tendo posteriormente saudado várias escolas presentes nas galerias.

Procedeu-se ao debate, e votação, dos Inquéritos Parlamentares n.ºs [1/XVI/1.ª](#) (BE) — Comissão eventual de

inquérito parlamentar à atuação do regulador no âmbito da reestruturação acionista do GMG, que foi rejeitado e [2/XVI/1.ª](#) (PAN) — Constituição de uma comissão de inquérito parlamentar ao processo de alteração da propriedade do Global Media Group envolvendo o World Opportunity Fund,

Lda, que foi também rejeitado. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Joana Mortágua](#) (BE), [Rui Tavares](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Bernardo Pessanha](#) (CH), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Alexandre Poço](#) (PSD), [Mara Lagriminha Coelho](#) (PS), [António Filipe](#) (PCP), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Vanessa Barata](#) (CH), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Cristina Rodrigues](#) (CH) e [Pedro Delgado Alves](#) (PS).

Foi ainda aprovado o Projeto de Resolução n.º [31/XVII/1.ª](#) (PAR) — Deslocação do Presidente da República à Suíça.

O Presidente encerrou a sessão eram 12 horas e 9 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 34 minutos.

Peço aos Srs. Agentes da autoridade o favor de abrirem as portas para o público poder ter acesso à galeria. Não temos hoje expediente para ler.

No primeiro ponto da nossa ordem do dia, temos o debate sobre o Inquérito Parlamentar n.º 1/XVI/1.^a (BE) — Comissão eventual de inquérito parlamentar à atuação do regulador no âmbito da reestruturação acionista do GMG, e o Inquérito Parlamentar n.º 2/XVI/1.^a (PAN) — Constituição de uma comissão de inquérito parlamentar ao processo de alteração da propriedade do Global Media Group envolvendo o World Opportunity Fund, Lda.

Para intervir, tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Mortágua, do Bloco de Esquerda, que dispõe de 6 minutos.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A história que vos trago tem todos os ingredientes que normalmente compõem a receita de uma comissão de inquérito. Tem um fundo de investimento com sede nas Baamas, viagens à Suíça, amigos facilitadores, uma gestora de fundos suíça que milagrosamente confia milhões a um gestor sem provas de competência alguma vez dadas, violações à lei, ameaças de despedimentos, salários em atraso, ameaças de falência, um património aparentemente desbaratado, suspeitas de ingerência política, trocas de acusações sobre má gestão dos acionistas, um regulador demasiado lento, um grupo empresarial à beira da falência e, por fim, a suspensão dos direitos de participação de um acionista por falta de transparência da titularidade de participação qualificada.

Em junho de 2023, o fundo de investimento aberto World Opportunity Fund, de origem desconhecida, com sede nas Baamas, adquiriu 40 % — o que lhe dava uma participação qualificada — do capital do Global Media Group, um dos maiores grupos de comunicação social privados em Portugal, detentor de títulos como o JN (*Jornal de Notícias*), o DN (*Diário de Notícias*), *O Jogo* ou a TSF. Segundo a informação que foi divulgada, o fundo teria, como rosto visível, a gestora de fundos suíça Union Capital Group (UCAP), representada por um senhor chamado Clément Ducasse, que escolheu para representante e também presidente do conselho de administração um senhor chamado José Paulo Fafe, ex-diretor do jornal *Tal&Qual*, acompanhado por Diogo Agostinho e por Filipe Nascimento, declarando que queria construir um ambicioso projeto para o Global Media Group. Ao invés disso, começou aí um processo que acabaria por colocar em causa a sustentabilidade do Global Media, durante o qual foram identificados inúmeros atropelos e violações à Lei de Imprensa e à lei da transparência.

Ao longo de meses, ficaram evidentes, nas páginas dos jornais, as várias acusações e suspeitas conhecidas e denunciadas pelos trabalhadores, pelas direções demissionárias, pelo Governo, pelos grupos parlamentares, até que, apenas no dia 8 de janeiro, a ERC (Entidade Reguladora para a Comunicação Social) decidiu comunicar a abertura de procedimentos relativos à situação do Global Media Group, deliberando que havia um problema com a transparência e a participação qualificada do World Opportunity Fund.

O tempo decorrido entre as primeiras notícias do negócio que envolvia a participação qualificada no Global Media Group de um grupo desconhecido sediado nas Baamas e a ação do regulador deixou claro que o processo em curso consistia, sob as mais variadas formas, num risco real, não apenas para o dever de transparência, mas também para a liberdade e para o pluralismo de expressão e para a salvaguarda da independência editorial perante os poderes político e económico.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, tudo indica que estamos perante mais um caso de gangsterismo económico. Se estivéssemos a tratar de um banco, talvez a experiência não nos permitisse olhar para o lado. Mas aquilo que está em causa com o negócio do Global Media é muito mais grave. Trata-se da independência e da transparência da comunicação social. Trata-se não apenas de esclarecer este caso, mas também de esclarecer se o regime democrático tem armas para lidar com estas ameaças à transparência e à independência da comunicação social.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, não nos interessa crucificar o regulador por competências que eventualmente não tem ou recursos que lhe faltaram. Não nos interessa mais nada do que apurar a verdade. A questão é a de saber a quem interessa manter este negócio na obscuridade.

Temos ouvido, por parte de praticamente todos os partidos, expressões de preocupação com a comunicação social. Uma e outra vez, ouvimos repetidas juras de amor à liberdade de imprensa, elogios emocionados à importância do jornalismo, declarações sobre a importância da comunicação social para a democracia. Quero dizer-vos: têm toda a razão. Mas essa preocupação não pode abafar-se quando entram em campo os interesses económicos.

Só se combate a crise da comunicação social atacando as suas causas. A situação vivida no Global Media Group é uma fotografia dessas causas: negócios mal explicados, reestruturações acionistas sem rosto, ilegalidades sucessivas, ataques à liberdade dos jornalistas.

Hoje propomos a este Parlamento que faça o que lhe compete: um inquérito sério e rigoroso em nome da liberdade de imprensa e da democracia. Hoje saberemos quem é conseqüente e quem se fica pelas boas intenções. Se os primeiros forem maioria neste Parlamento, é uma boa notícia, e aproveitemos, enquanto há imprensa, para dar boas notícias.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, dou a palavra ao Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, Caros Concidadãos nas galerias, sabemos, nestas bancadas todas, e se calhar mais ainda naquela bancada ali da imprensa, como a transparência na detenção de títulos de imprensa é essencial para conhecermos as intenções de quem faz o escrutínio aos poderes políticos e económicos.

Nós aqui precisamos também de ser escrutinados e precisamos da imprensa para saber escrutinar o Governo e fiscalizá-lo neste Parlamento. É por isso que, não só em Portugal, como em toda a União Europeia e nas democracias mais avançadas do mundo, saber quem detém um determinado interesse é essencial para podermos perceber quais são as intenções, as motivações, de um determinado grupo de média.

O modelo de negócio da imprensa durante os últimos dois séculos foi sempre rentável, e nós sabíamos que boa parte dos detentores dos títulos de imprensa tinham acima de tudo uma motivação — e acreditem que não há nisto nenhuma espécie de reserva mental ou acusação da minha parte —, que era ganhar dinheiro. Sabíamos que, com os jornais, se ganhava dinheiro e que isso justificava a existência dos jornais.

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

Hoje em dia, o modelo de negócio está em crise e isso cria oportunidades. Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto, estamos de acordo nisso. Quer dizer, se o dono de um jornal quer ganhar dinheiro com ele, ao menos percebo para que serve o jornal. Quando sabemos que o modelo de negócio está em crise, aí começamos a não perceber, por exemplo, porque é que regimes estrangeiros ajudam a comprar jornais que não são rentáveis e os usam para uma motivação, que é interferir na política de outros países.

Era esta a pergunta, sincera e honesta, que eu queria fazer: valeria a pena alargar o escopo da comissão de inquérito que o Bloco propõe — e que nós apoiamos, digo desde já — a outros fenómenos, como os de outros regimes? Soubemos há pouco tempo que o regime da Venezuela, através de um banco amigo, ajudou uma empresa que tem interesses portugueses e partidários a comprar um título de imprensa europeu e dois nacionais.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem de terminar.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Termino, Sr. Presidente, dizendo só uma coisa: na verdade, não foi a Venezuela. Eu disse isso só para poder terminar em paz. Foi a Hungria, mas, se eu tivesse dito que era a Hungria, o Chega não me tinha deixado acabar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Aplausos do L.

Risos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Escreve no livro de reclamações!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode ter a certeza absoluta de que terá sempre condições para acabar o que tem para dizer, sobretudo se respeitar o tempo. Então, assim, terá seguramente.

Aplausos de Deputados do CH.

Sr.^a Deputada Joana Mortágua, tem 59 segundos, com alguma tolerância, para responder.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Rui Tavares, estou certa de que a comissão que ontem tomou posse, a comissão que tem a tutela da comunicação e que acompanha os assuntos da comunicação social, terá muito trabalho ao longo deste mandato para apurar não só esse caso em que Viktor Orbán, declaradamente, e com mais do que evidências, tentou interferir na comunicação social europeia, e não sabemos se também na portuguesa.

Mas julgo que, em relação a esta comissão de inquérito em concreto, o que nos interessa neste momento é apurar este negócio do Global Media e tentar chegar ao fundo do mistério de quem está afinal por trás deste fundo desconhecido das Baamas, que declarou tão misterioso e súbito interesse na comunicação social em Portugal.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Não havendo mais pedidos de esclarecimento, tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, cidadãos presentes nas galerias: A entrada do World Opportunity Fund no Global Media mostrou bem os riscos que existem em permitir que um fundo de investimento sediado num paraíso fiscal possa, sem mais nem menos, entrar em meios de comunicação social nacionais.

Todos vimos os riscos que esta entrada teve para o pluralismo da informação, para o direito fundamental à liberdade de informação e para a liberdade de imprensa. Vimos as promessas de crescimento dos títulos do Global Media transformarem-se rapidamente numa realidade de salários em atraso e numa tentativa de despedimentos coletivos em massa que, se tivesse sido concretizada, teria posto fim a jornais históricos como o *Diário de Notícias* ou o JN e a um jornalismo de proximidade que respeita a coesão territorial.

Vimos também a legislação em vigor ser frontalmente violada sem qualquer consequência, seja com tentativas de ingerência nas opções dos jornais do Global Media Group, seja com a substituição de um diretor-geral sem a auscultação do conselho de redação. Vimos ainda a Lusa (Agência de Notícias de Portugal) ser utilizada como justificação para a exploração laboral e a missão de interesse público ser colocada nas mãos de um fundo de investimento.

Mas vimos mais: vimos informações que diziam que rostos do fundo de investimento que entrou no Global Media eram de pessoas e entidades pouco fiáveis que ora estavam no *Paradise Papers* e no *Bahamas Leaks*, ora tinham *red flags* internacionais vindas de entidades reguladoras do Luxemburgo e de Espanha.

A luta dos trabalhadores do DN, do JN, da TSF, d'O Jogo e do *Dinheiro Vivo* colocou todas estas informações no centro do debate político e público e até do debate parlamentar. Os contornos pouco transparentes eram evidentes desde a primeira hora e, neste período, a ERC demorou cerca de nove meses a atuar e a exercer as suas competências no âmbito deste negócio, sendo que, quando atuou, não avaliou aspetos graves cuja fiscalização só a si competia.

Os trabalhadores do Global Media, cuja luta a maioria de nós saudou, não perdoariam se este Parlamento deixasse passar em branco os contornos pouco claros da entrada deste fundo no Global Media e a passividade

da ERC em todo este processo. Está na altura de transformarmos as palavras de solidariedade em atos e em escrutínio político.

Por isso mesmo, o PAN traz hoje a votação a criação de uma comissão de inquérito parlamentar que, tendo poderes reforçados, possa avaliar a atuação da ERC relativamente ao processo de alteração da propriedade e avaliar também o não concluído processo de compra pelo Estado das participações deste grupo na Lusa.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tem de concluir.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Vou mesmo concluir, Sr. Presidente.

Fazemo-lo em nome do interesse público, da liberdade de informação e da liberdade de imprensa, que têm de ser um bem maior.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardo Pessanha, do Grupo Parlamentar do Chega, que dispõe de 8 minutos e 30 segundos.

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não há democracia sem comunicação social livre e independente. Não há democracia sem jornalistas livres de cartilhas ideológicas, sem uma separação clara entre o que é ser agente político, jornalista, comentador, diretor ou dono.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Devia ser assim!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Não há democracia com jornalistas capturados por diretores e donos de órgãos de comunicação social vendidos a interesses obscuros.

Para o Chega, a defesa da independência da comunicação social não é só da boca para fora.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — O Chega é um partido democrático que se pode orgulhar, como muito poucos, de não ser, nem nunca ter sido, conivente com a ERC ou com qualquer dono de órgão de comunicação social.

Aplausos do CH.

Dito de outra forma, se existem conivências, elas não têm o dedo do Chega. Passados 50 anos do 25 de Abril, nunca um partido político foi tão escrutinado e mesmo ferozmente atacado por todos os elementos do sistema como nós.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Essa é que é essa!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — O Chega é o partido que, nesta Casa, mais defende a transparência em todos os setores da sociedade.

Interessa-nos servir os muitos portugueses que votaram em nós, por isso, não nos opomos, por princípio, a nenhuma iniciativa de qualquer grupo parlamentar que vise esclarecer assuntos menos claros.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Mas...

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Mas não deixa de ser paradoxal e, de certa forma, incompreensível que pretendam fazer uma comissão de inquérito à atuação da ERC, neste caso, quando, na verdade, a conclusão da ERC parece estar em linha com as vossas próprias conclusões.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Ou seja, a ERC suspendeu os direitos de voto e direitos patrimoniais desse fundo no Global Media por falta de transparência. É caso para perguntar: que outra decisão queriam os senhores que tivesse saído do processo aberto pela ERC?

Mas para o Chega não há dois pesos e duas medidas, como há para o Bloco de Esquerda e para o PAN.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — No caso das gémeas, onde estão envolvidas as mais altas figuras do Estado, já não parecem tão preocupados com a transparência.

Aplausos do CH.

No essencial, querem estar de bem com o poder, já para não falar de quando se trata de dinheiros públicos destinados a fundações para financiar a vossa agenda *woke*.

Vozes do CH: — Ora aí está!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, acabo com as palavras do líder parlamentar do Bloco de Esquerda: os senhores não querem uma comissão de inquérito; querem espetáculo e querem entrar no alinhamento dos telejornais.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — O Chega não alinha em teatros, nem é dos que fingem atacar quem afinal protegem. Os portugueses merecem verdade e transparência, não merecem teatro.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A liberdade da imprensa é um dos pilares fundamentais que sustenta uma democracia liberal. Espera-se da imprensa que escrutine o exercício da política, que exponha a corrupção, que revele injustiças e dê voz a quem não a tem. Espera-se da imprensa que proporcione o acesso a diferentes perspetivas, enriquecendo o debate público.

A liberdade da imprensa e a democracia são inseparáveis e interdependentes na construção de um país mais livre. Não é por acaso que um dos traços comuns aos políticos com tendências autoritárias, incluindo muitos dos que participam no jogo democrático, é procurarem controlar os órgãos de comunicação social ou descredibilizar os que não conseguem controlar.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Não há nada que ameace mais um político com tendências autoritárias do que jornalistas que o escrutinem na sua ação política ou *fact-checkers* que exponham as suas mentiras e contradições.

Vozes da IL: — Muito bem!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — O próprio grupo Global Media já sofreu com isso no passado. Tivemos um Primeiro-Ministro a negociar lugares e notícias com o seu general prussiano no grupo.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Bem lembrado!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Na altura, perante estes indícios óbvios de interferência política, a ERC ficou calada.

Aplausos da IL.

Trata-se do mesmo Primeiro-Ministro que tinha antes exercido pressão para que uma pivô de uma televisão fosse dispensada — na altura, a ERC ficou calada. Trata-se do mesmo Primeiro-Ministro que instruiu um amigo para comprar um jornal que tinha publicado notícias desagradáveis — na altura, a ERC ficou calada.

Se a ERC fica calada perante tais ameaças a uma imprensa livre, é caso para perguntar para que é que serve a ERC.

Aplausos da IL.

É quando a imprensa livre abdica de ser livre ou é obrigada a deixar de ser livre que se abre espaço para aqueles que preferem governar sem escrutínio. Uma imprensa descredibilizada pela parcialidade ou pela subserviência ao poder perde capacidade de escrutínio, abrindo portas a quem pauta a sua conduta pela mentira, pela incoerência e pelo oportunismo. Precisamente por ter esse papel de escrutinador é que a transparência na imprensa é tão importante.

É importante a imprensa ser transparente em relação às suas inclinações ideológicas. Essas inclinações são legítimas, desde que sejam transparentes.

Vozes da IL: — Muito bem!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Não há problema nenhum em ter um diretor de jornal a vir dizer claramente «observo as coisas mais à direita», «publico as coisas mais à esquerda» ou «estas notícias vêm expressamente de Belém». Esta clareza não coloca em causa o profissionalismo, mas dá uma perspetiva essencial a quem lê esses órgãos.

Da mesma forma, é importante perceber quem legitimamente financia esses órgãos de comunicação social, que interesses poderão estar por trás desse financiamento. Também essa é uma informação essencial que dá perspetiva a quem lê.

Saudamos por isso as iniciativas do Bloco de Esquerda e do PAN para uma comissão de inquérito à atuação da ERC, no caso do Global Media Group, interpretando pelas propostas que o âmbito temporal desta comissão cobrirá mais do que os acontecimentos recentes de transferência de propriedade, porque a história do Global Media Group não começou hoje.

Da nossa parte, viabilizaremos ambas as propostas.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente:** — Peço aos Srs. Deputados para tentarem não conversar muito, porque causam perturbação a quem está a intervir, e para, com alguma parcimónia, evitem os diálogos, pelo menos em tom de voz muito elevado.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Poço, do Partido Social Democrata.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Como já aqui foi dito esta manhã, não há democracia sem liberdade de imprensa, mas também não há democracia sem a expressão plural de ideias e sem uma comunicação social livre e forte. Para termos essa liberdade de imprensa, esse pluralismo e empresas jornalísticas robustas, necessitamos de jornalistas e redações com os meios adequados para que

este direito, constitucionalmente consagrado e legalmente protegido, se concretize no dia a dia da nossa democracia.

Neste mês em que assinalamos os 50 anos do 25 de Abril, importa reconhecer que também a saúde de uma democracia liberal como a nossa se pode aferir pela vitalidade de dois pilares fundamentais para que a democracia seja real e não apenas algo abstrato: a liberdade de imprensa e a liberdade de informação.

O PSD, partido com responsabilidades históricas e com um legado de ação de que se orgulha — por exemplo, a liberalização da comunicação social, o fim do monopólio estatal dos canais televisivos e o fim do princípio da irreversibilidade das nacionalizações pós-1974, o que consagrou a abertura da economia portuguesa à iniciativa privada, na qual se incluía também a comunicação social —, não é indiferente à situação que vivem, hoje, a comunicação social, as redações e os jornalistas.

Aliás, deixem-me adiantar, Sr.^{as} e Srs. Deputados, que não podemos ficar indiferentes perante as conclusões do 5.º Congresso dos Jornalistas, realizado no passado mês de janeiro, em Lisboa. Passo a citar o que concluiu: «O atual estado de emergência do jornalismo nacional convoca todos a empenharem-se na busca de soluções e na união em torno dos princípios e valores que regem a profissão.»

Alarmante é também o facto de, nos últimos sete anos, segundo o presidente deste 5.º Congresso, terem saído da profissão 436 jornalistas, numa classe que conta hoje com 5310 profissionais.

Ora, aproveitando a oportunidade de discutirmos hoje, em Plenário, na Assembleia da República, um tema e um eixo centrais da nossa democracia, não posso deixar de elencar alguns dos principais desafios com os quais hoje a comunicação social está confrontada e que têm gerado uma parte significativa dos problemas do setor.

Refiro, em primeiro lugar, a diminuição acentuada das receitas de publicidade tradicional, a migração para as plataformas digitais e a sustentabilidade dos modelos de negócio que são pressionados pelos consumidores para a disponibilização de conteúdos gratuitos, havendo uma grande relutância desses mesmos consumidores em pagar a informação e as notícias, colocando assim em causa os modelos de assinatura.

Refiro, em segundo lugar, a disseminação de desinformação no meio digital, que representa um desafio significativo para a credibilidade e para a confiança na comunicação social.

Falo ainda da concentração da propriedade dos *media*, das pressões e ameaças à liberdade da imprensa e ainda da transição digital, com os investimentos a que obriga.

Em Portugal, as leis de imprensa, de televisão e de rádio, o estatuto do jornalista e o regulamento da carteira profissional devem merecer, da nossa parte, uma reflexão cuidada face à sua adaptação e às realidades, servindo de resposta aos desafios que elenquei. Também a própria regulação, o seu funcionamento e a sua capacidade de supervisão, agora que nos aproximamos dos 20 anos da criação da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, devem merecer por parte da Assembleia da República uma análise e uma reflexão para melhorarmos a sua ação.

Por outro lado, não poderia deixar de dizer que o PSD acompanha estas preocupações e que, nos últimos anos, não deixou de apresentar várias soluções para fortalecer a comunicação social nacional, local e regional. Por exemplo, foi por proposta do PSD que esta Casa aprovou, no Orçamento do Estado para 2023, que as assinaturas de jornais e revistas, em formato físico e digital, passassem a contar para as deduções de IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares), sendo esta uma medida pioneira do ponto de vista do incentivo ao consumo de *media*, num caminho de estímulo e de apoio ao setor que devemos continuar.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, não posso também deixar de, nesta ocasião, verificar que é com satisfação que o Programa do Governo é ambicioso e positivo, apostando na direção certa para responder a alguns dos problemas que aqui referi. Nomeadamente, pretende o Governo criar um plano de ação para os *media*; introduzir modelos de incentivo ao consumo de conteúdos de comunicação social; defender a revisão da Lei de Imprensa; fortalecer os meios de comunicação regional e local; clarificar a situação da Agência Lusa, mantendo a posição majoritária do Estado na agência, assim contribuindo para um serviço público de informação, de rigor, de seriedade e qualidade. Pretende ainda o Governo, no seu Programa do Governo, desenvolver uma estratégia nacional de educação e literacia mediática para capacitar os poderes legais, nomeadamente quanto aos mecanismos para combater a desinformação.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, como é público, desde a primeira hora, o PSD demonstrou a sua solidariedade com jornalistas e redações dos diferentes títulos do grupo Global Media, aquando da alteração acionista do verão passado. A situação de instabilidade laboral agudizou-se e assistimos a greves, falta de pagamento de salários e honorários e ao despedimento de jornalistas.

Além desta solidariedade e preocupação com as condições laborais de quem exerce estas nobres funções, o PSD empenhou-se através da ação dos seus Deputados na comissão parlamentar de cultura e comunicação social, não sendo um obstáculo e participando ativamente nas diferentes audições que foram realizadas, entre dezembro de 2023 e janeiro de 2024, a jornalistas, delegados sindicais, conselhos de redação, gestores do grupo, ao presidente da ERC, ao Ministro da Cultura e à Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Valorizamos os trabalhos parlamentares e queremos, através da nossa ação, contribuir para o prestígio e para a capacidade de fiscalização da Assembleia da República, mas não será com o contributo do PSD que iremos banalizar o instrumento do inquérito parlamentar, porque, naturalmente, e como é experiência diária nesta Casa, o Parlamento pode e deve questionar, indagar ou fiscalizar os temas que entende como relevantes para o País, para o interesse geral, mas também para este caso em concreto, com recurso ao regular e normal funcionamento das comissões parlamentares.

A esse propósito, refira-se, aliás, que, nas longas horas de trabalho parlamentar em torno da situação pela qual passou o Grupo Global Media, o PSD, tal como as outras bancadas, questionou, indagou, inquiriu os diferentes intervenientes, cumprindo com afinco as funções de escrutínio e fiscalização subjacentes a um tema de interesse público e de preocupação para o futuro do jornalismo no nosso País.

Mais, entendemos também que, com o contributo das diferentes bancadas parlamentares, foi possível esclarecer e garantir que eram do conhecimento público e geral informações relevantes quanto à sustentabilidade e situação financeira do grupo, com impacto nos compromissos que este tinha e tem com os seus trabalhadores e com as suas obrigações legais.

Estivemos presentes, como sempre estaremos, quando estiver em causa um tema do interesse de todos. O compromisso do PSD é com a resolução dos problemas que afetam a comunicação social, o jornalismo e os jornalistas, um compromisso sério e rigoroso. Nesta nova Legislatura, continuaremos a pautar a nossa atitude por este comportamento.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Dou aqui uma indicação à Câmara, que me parece que é uma indicação simpática. Estão a assistir várias escolas, hoje, ao nosso Plenário: o Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro; o Colégio Cantinho das Descobertas; o Agrupamento de Escolas de Estarreja; a Escola Profissional de Tecnologia Digital, de Lisboa; a Prime School Anglo-American School, do Estoril; o Agrupamento de Escolas de Forte da Casa; o Agrupamento de Escolas António Gedeão, do Laranjeiro; e a Escola Secundária Rainha Santa Isabel, de Estremoz. Sejam muito bem-vindos.

Aplausos gerais.

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Mara Lagriminha, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

A Sr.^a **Mara Lagriminha Coelho** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Aproveito também para saudar o público nas galerias.

Volvidos 50 anos de Abril, e em abril, voltamos a convocar a Assembleia da República para pensar, refletir e decidir se quer atuar sobre os desafios urgentes que reconhecemos e as dificuldades que existem no setor da comunicação social, para continuar a garantir a esperança numa democracia plena, ou se quer continuar a fazer o mesmo de sempre, que é arrastar os pés, sem ir à raiz dos problemas e colocar pensos rápidos numa ferida que se está a tornar crónica.

O que discutimos aqui hoje é sobre a Global Media, mas não se esgota na Global Media. É por isso que quero, desde já, em nome do Grupo Parlamentar do PS, fazer um reconhecimento público à coragem, resiliência e resistência que os trabalhadores do Grupo Global Media, nas diferentes empresas e publicações, do DN ao JN, da TSF a *O Jogo* e tantas outras, tiveram e continuam a ter, para garantir a idoneidade da profissão e a dignidade de todos os seus profissionais.

Aplausos do PS.

Sabemos bem, foram inúmeras as audiências com o nosso grupo parlamentar e audições posteriormente realizadas, em sede de comissão. O trabalho que se tem vindo a realizar representa também o papel que este Parlamento pode e deve ter.

Ao longo de meses, foi possível, audição a audição, esmiuçar o que aconteceu no âmbito do processo da reestruturação acionista do Grupo Global Media e agir. Foi sempre clara a nossa posição, ao lado dos profissionais e do pluralismo, o que garante uma comunicação social sem amarras.

Das inúmeras audições, resultou claro que a entrada de um fundo internacional no Grupo Global Media, o World Opportunity Fund, sediado nas Baamas, com a Union Capital Group como entidade gestora, provocou alterações profundas que determinaram a nomeação do novo Conselho de Administração.

Durante este período, é público e foi devidamente escrutinado nesta Casa que existiu uma tentativa de desvalorização de marcas históricas da nossa comunicação social e do próprio grupo, dos seus trabalhadores e até de várias violações à Lei de Imprensa, de que resultaram várias queixas à entidade reguladora.

Em tempos, chamámos a atenção publicamente para a importância da intervenção da ERC no âmbito dos seus poderes de regulação e supervisão, em particular para a entrada deste fundo internacional para o grupo e consequente prática de atos de gestão que lhe sucederam.

Mas questionemos: atuou ou não atuou a ERC dentro das suas competências e atribuições? Aplicou ou não aplicou a lei da transparência, que regula a titularidade da gestão e dos meios de financiamento das entidades que prosseguem atividades de comunicação social?

Atuou ou não atuou a Assembleia da República no âmbito dos seus poderes de fiscalização da ERC, ao questionar, em sede de audição parlamentar, todos os trâmites do processo de aquisição pelo fundo? Foi ou não foi questionado sobre a titularidade das unidades de participação que podiam constituir participações qualificadas?

Esteve ou não presente a ERC, sempre que solicitada, a prestar todos os esclarecimentos e, em bom rigor, atuou ou não atuou dentro dos limites legais que tem?

Sr.^{as} e Srs. Deputados, permitam-me que clarifique e simplifique. Usou ou não usou a comissão permanente responsável sobre esta área todos os meios ao seu alcance para fiscalizar a entidade reguladora, que foi, sempre que chamada, cooperante com o Parlamento?

Caras e Caros Deputados, é verdade que o processo exigia mais celeridade. Ainda assim, é bom lembrar que estávamos perante um conselho regulador recentemente indigitado. Também nos recordamos bem de porque é que tal aconteceu e é hoje claro que a inoperância do PSD, na altura, para chegar a acordo com as indicações para o conselho regulador, não ajudou, de facto, na celeridade deste mesmo processo.

Se há lição que devemos retirar, é que ter uma entidade reguladora paralísada é paralisar o bom funcionamento da nossa democracia. Mas é também por isso que aquilo que nos é exigido hoje é agir, e agir implica uma clara avaliação do que significa a deliberação da ERC ao declarar a falta de transparência do fundo, acionando o artigo 14.º, e que teve, por exemplo, como efeitos imediatos a suspensão do exercício dos direitos de voto e a suspensão dos exercícios dos direitos patrimoniais.

Chegados aqui, é realmente importante olhar para o futuro, para a nova estrutura acionista que está hoje à frente do grupo, para a Administração, a Presidência Executiva e, sobretudo, para os profissionais que continuam, todos os dias, a trabalhar e a lutar pela sobrevivência destes títulos históricos, o que implica questionar que papel deve desempenhar o Parlamento e que desígnio deve ter, no âmbito de um problema que não foi circunstancial, mas que é estrutural, num setor fundamental para a informação credível, esclarecida e plural, que deve nortear a comunicação social.

É aqui que deve ser exigido a cada bancada e a esta Assembleia da República que não voltemos a falhar ao jornalismo e à imprensa livre. É aqui que não devemos ser parte da peça de teatro estreada por jornalistas — *A Noite*, de Saramago —, em que são interrompidos pelo boato de que o jornalismo morreu.

Há um grito de alerta para a perda do controlo editorial para as administrações, para os baixos salários e para a precariedade, mas eles não desistem e nós, no PS, também não.

É exatamente aqui que deve ser feito um trabalho sério e responsável, que coloque o dedo na ferida estrutural do que tem vindo a acontecer nos grupos de comunicação social, na desvalorização dos jornalistas, na razia das redações, que exige um trabalho hercúleo dos jornalistas que ainda resistem.

Tem ou não a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto o poder de fiscalizar a atuação da ERC, como é objetivo da deliberação proposta para uma comissão eventual? Tem ou não o dever de voltar a

chamar a ERC para ouvir sobre a deliberação que foi pela primeira vez aplicada ao declarar a falta de transparência do fundo com as consequências sabidas?

Hoje, perante os dados que temos e que ouvimos da própria ERC, o que todos reconhecemos é que é mesmo urgente ter uma política pública para a comunicação social que salvguarde os seus profissionais e proteja os órgãos de comunicação social de aquisições, como a que aconteceu na Global Media.

Aquilo que se pergunta é se esta Assembleia da República deixará de criar instrumentos ocasionais e faz o seu trabalho estrutural de afinação do relógio legislativo, e isso não se faz numa comissão eventual.

Aquilo que se pergunta é se esta Assembleia da República reúne o consenso necessário para responder ao que já ouvimos da ERC, dos vários *stakeholders* do setor e representantes dos jornalistas.

Estaremos disponíveis para garantir esse consenso alargado, cumprindo os propósitos que apresentámos no Programa Eleitoral.

Como dizia a Presidente da ERC, «está mais do que na hora de fazermos uma reflexão para garantir que a comunicação social responde cabalmente às necessidades dos cidadãos; está mais do que na hora de pensarmos coletivamente em modalidades de apoio à comunicação social, desde que seja transparente», e é mesmo a agir que queremos trabalhar.

É para isso que é preciso olhar para a lei da transparência e intensificar a cooperação com outras entidades reguladoras, sejam financeiras sejam de comunicações, como a ANACOM (Autoridade Nacional de Comunicações) ou a Autoridade da Concorrência. Mais cooperação para mais transparência.

É também para isso que é urgente olhar para os poderes da ERC e para o seu estatuto, modernizá-lo e adequá-lo aos novos desafios dos novos tempos, e, perante isto, visitar as questões referentes à titularidade dos órgãos da comunicação social: quem pode ter e até onde é que pode ter uma intervenção numa empresa que pode exercer o domínio de um órgão de comunicação social e a identidade dos seus titulares.

E é também por isso que temos de fazer uma referência à segunda dimensão proposta no âmbito das iniciativas, além da ERC, e que passa pela Lusa.

Que fique claro que, da nossa parte, não há equívocos. Continuaremos a defender que o Estado deve ter na Agência Lusa uma maioria hegemónica de capital e, posteriormente, alterar o modelo de governação, tal como deve permitir que o serviço da Lusa possa ser prestado gratuitamente a todos os órgãos de comunicação social, com impacto em todos os grupos, o que permitiria, naturalmente, reduzir custos.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, se quisermos clarificar o que será feito no futuro, tem ou não tem a comissão permanente de cultura e comunicação poderes para fiscalizar a ação do Governo e ouvir um novo responsável da pasta?

Também já sabemos que o negócio da aquisição não chegou a ser concluído, porque as circunstâncias políticas se alteraram, e, na altura, o maior partido da oposição considerou que deveria ser o próximo Governo a tomar essa decisão.

É essa mesma decisão que aguardamos que o atual ministro da pasta apresente, agora que são Governo e que até incorporaram esta medida do Programa do PS.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Muito bem!

A Sr.^a **Mara Lagriminha Coelho** (PS): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, é mesmo com uma ação estrutural, agindo ativamente nos instrumentos legislativos, que são necessários e urgentes, e num consenso alargado, que se impõe, que podemos trabalhar e não voltar a deixar o jornalismo ficar mal.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, dou a palavra à Sr.^a Deputada Joana Mortágua, que terá a tolerância de limite máximo que foi dada ao PAN. Pedia que o considerasse, não o ultrapassando, para não termos outro limite para considerar. Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada, o que o PS vem aqui dizer — aliás, no tom também usado pelo PSD — é que reconhece que há um problema geral, até lhe reconhece as causas, mas, no concreto, não quer saber.

Ficou evidente, para qualquer pessoa que estivesse naquelas audições aos acionistas e aos trabalhadores da Global Media, que há muito, muito por esclarecer, naquele negócio. Os trabalhadores e os jornalistas da Global Media querem esta comissão de inquérito.

Ao recusar a comissão de inquérito, o PS está a deixar mal os jornalistas da Global Media, está a deixar mal todos aqueles que querem o esclarecimento.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — E, portanto, como é tão evidente que há tanto por esclarecer — termino, Sr. Presidente —, a minha pergunta é simples: quem é que o PS está a proteger? O que é que o PS não quer que se saiba?

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Mara Lagriminha Coelho, tem a palavra, para responder.

A Sr.^a **Mara Lagriminha Coelho** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Joana Mortágua, muito obrigada pela questão.

O Partido Socialista sempre deixou muito clara a sua posição. O Partido Socialista, desde o início, esteve sempre ao lado dos trabalhadores, ao lado da solução para uma comunicação social que seja transparente, e fomos exatamente os primeiros até a abordar publicamente a situação da entrada do fundo e a questionar diretamente a ERC sobre esta matéria.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Os primeiros não foram!

A Sr.^a **Mara Lagriminha Coelho** (PS): — O que nós entendemos é que a comissão de cultura e comunicação tem poderes, no âmbito dos seus poderes de fiscalização, para acompanhar esta matéria e para chamar a ERC.

E mais, o Partido Socialista entende que a comissão de cultura e comunicação deverá continuar a ter esse papel de acompanhamento e chamar todos os novos responsáveis da Administração que estejam envolvidos neste processo da Global Media.

Portanto, não voltamos as costas, pelo contrário, estamos é disponíveis para trabalhar e mexer naquilo que realmente é o busílis da questão.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado António Filipe, do Partido Comunista Português.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente e Srs. Deputados: Neste debate sobre os inquéritos parlamentares que aqui são propostos e que, digo, desde já, votaremos favoravelmente, as nossas primeiras palavras são de solidariedade para com os trabalhadores das várias empresas do Grupo Global Media, não só para com os trabalhadores que permanecem nos seus postos de trabalho e que, com todas as dificuldades, continuam a assegurar a existência destes órgãos de comunicação social, mas também para com os trabalhadores que já não o são, porque foram despedidos em sucessivos processos de despedimento que afetaram as empresas deste Grupo.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Estamos a falar, sem desprimor de outros órgãos de comunicação social, de grandes referências da história da comunicação social em Portugal. O *Jornal de Notícias* e o *Diário de Notícias* são dois dos títulos mais marcantes de toda a história da comunicação social em Portugal, a rádio TSF foi uma rádio emblemática quanto à evolução das rádios de notícias em Portugal, e estes títulos, estas marcas são hoje uma sombra daquilo que já foram no passado.

Relativamente ao JN e ao DN, o declínio destes órgãos de comunicação social começou precisamente com a sua privatização, com a venda do JN e do DN ao Grupo Lusomundo.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — A partir daí, sucessivas pseudorreestruturações, sucessivos processos de despedimento coletivo, de definhamento destes títulos, de alienação de instalações históricas, tudo isto conduziu à situação que hoje conhecemos, que é de profunda degradação.

Tudo isto é consequência do processo de entrega da comunicação social nas mãos do poder económico, aquele que está disposto a perder dinheiro para manter influência — ou sabe-se lá se está a branquear dinheiro através da comunicação social.

E não se pode, Sr. Presidente e Srs. Deputados, apoiar as causas e depois lamentar as consequências. O princípio do fim, aquilo a que temos vindo a assistir relativamente a estes órgãos do Grupo Global Media, é uma consequência direta da concentração dos meios de comunicação social no poder económico. Isto é indisfarçável e é bom que seja, efetivamente, dito com todas as letras.

Protestos do Deputado da IL Carlos Guimarães Pinto e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, o objeto deste inquérito confronta-nos com dois problemas. Primeiro, será que a lei que temos impede estes processos? Efetivamente, pelos vistos, não, porque eles ocorrem e a lei não os tem impedido.

Segundo, a lei ficou-se pela transparência, não dando cumprimento àquilo que dispõe a Constituição relativamente à proibição de participações múltiplas e cruzadas em órgãos de comunicação social para impedir a concentração num reduzido número de grupos económicos. Ou seja, a lei fixou-se apenas por objetivos de transparência, mas, então, a segunda questão é esta: essa transparência é cumprida? Pelos vistos, também não, porque este processo é tudo menos transparente e aqui, efetivamente, os mecanismos de regulação não funcionaram.

Mas diria que não funcionam neste setor da comunicação social como não funcionam em outros, porque o Estado, através de sucessivos processos de liberalização da economia, abdicou das suas responsabilidades regulatórias e passou-as para as ditas entidades reguladoras e, a partir desse momento, temos assistido a um processo de captura da regulação pelos setores regulados. Ou seja, aqueles que detêm o poder económico sobre os setores regulados também capturam a regulação e por isso é que ela nunca funciona.

Portanto, transparência não temos nenhuma, como, aliás, se prova neste processo da Global Media, daí que nós, obviamente, não nos furtaremos a qualquer processo que vá no sentido quer do apuramento de responsabilidades pelo que se passou, quer no sentido de se poder trabalhar para que haja, efetivamente, regulação da comunicação social e que se impeça a concentração de comunicação social nos grupos económicos que lutam apenas pela sua influência e pelo seu negócio.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado João Pinho de Almeida, do Grupo Parlamentar CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Queria, em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP, em primeiro lugar, saudar os trabalhadores de todos os títulos do Grupo Global Media, dos mais conhecidos — *Diário de Notícias, Jornal de Notícias, TSF, O Jogo* —, mas também de todos os outros e, como já foi referido, todos aqueles que continuam a exercer as suas funções e aqueles que, durante este período e este processo, deixaram de o fazer.

Obviamente, o que a comunicação social é hoje tem aqui um exemplo, um caso prático, que é relevante: as dificuldades que hoje em dia existem para manter o modelo de negócio que durante décadas sustentou o funcionamento da comunicação social — ou a impossibilidade de ele subsistir! — leva a que estejamos perante situações como esta e que tenhamos de fazer uma reflexão.

Essa é, aliás, a primeira questão: deve ou não o Parlamento preocupar-se e debater, em concreto, o funcionamento da comunicação social nestes termos? Do nosso ponto de vista, deve, porque não há nenhuma democracia saudável...

O Sr. **Mário Lopes Amorim** (IL): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... que funcione sem comunicação social livre, plural e que não esteja concentrada nas mãos...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ouvi ainda agora dizer que bom, bom era quando ela estava toda concentrada nas mãos do Estado, como se isso fosse alguma garantia de pluralismo.

Vozes da IL: — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Tem de haver um mínimo de pluralismo e de transparência e, portanto, vamos deixar claro que, ao contrário do que aqui foi dito, a liberalização dos meios de comunicação social e a abertura do investimento na comunicação social a privados foi muito bom e é muito bom para o funcionamento da democracia.

Que fique isso claro e que não haja nenhuma dúvida sobre o assunto.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso não faz com que o Estado se demita de algo que é tão relevante como a importância que a comunicação social tem e o Parlamento é o local próprio — e é muito bom que seja o Parlamento e não os Governos — para lidar com esta matéria.

Aliás, isso já aconteceu no passado e queria exatamente convocar este passado como exemplo de como lidar com esta situação: há uns anos, um determinado Governo resolveu que, apesar de haver esse pluralismo na detenção dos meios de comunicação social e de eles serem privados, devia ser o Primeiro-Ministro a mandar neles e tratou de pôr os seus colaboradores a controlar a comunicação social.

O Parlamento, na altura, interveio, e bem, e interveio como deve intervir, ou seja, primeiro, nas comissões próprias, avaliando aquilo que estava a acontecer e, quando chegou à conclusão de que havia intervenção direta do Governo e que havia matéria que justificava que se passasse da comissão própria, da comissão temática, para um inquérito parlamentar, isso aconteceu.

Ora, é exatamente isso que temos de ponderar aqui, isto é, se, neste momento, estão reunidas as condições e se o objeto dos partidos proponentes é suficientemente claro e denso para que se justifique que assuntos que são importantíssimos e que devem ser tratados pelo Parlamento sejam tratados em sede de inquérito parlamentar em vez de em comissão ordinária.

Do nosso ponto de vista, não. O objeto dos inquéritos propostos pelo Bloco de Esquerda e pelo PAN não são suficientemente claros e densos para justificar esse inquérito parlamentar e não está esgotado o papel das comissões ordinárias.

Se o objeto for claro e se se justificar passar para esse meio, certamente cá estaremos para o fazer.

Aplausos do CDS-PP e da Deputada do PSD Regina Bastos.

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, dou a palavra à Sr.^a Deputada Vanessa Barata, do Grupo Parlamentar do Chega.

A Sr.^a **Vanessa Barata** (CH): — Ex.^{mo} Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Obviamente que, nesta questão da Global Media, os trabalhadores e os seus direitos laborais são uma prioridade e não podemos deixar de estar solidários com estas mulheres e estes homens que trabalham diariamente para nos informar a todos. Como todos os trabalhadores, eles merecem ver os seus direitos reconhecidos e que cesse a sua situação precária.

Todos os trabalhadores, aliás, encontrarão sempre a solidariedade do Chega, porque o Chega defende sempre quem trabalha.

Aplausos do CH.

Quanto à temática relativa à transparência e à imprensa livre, essa é também uma temática prioritária para o Chega — aliás, se há partido que tem visto, por vezes, a sua liberdade de expressão coartada, limitada, como sabemos, tem sido o Chega.

Defendemos uma imprensa livre, independente dos poderes políticos e económicos, como consagra a nossa Constituição. Para que a nossa liberdade de expressão seja assegurada é essencial que os ditos poderes interfiram o menos possível de forma a manter esta liberdade impoluta.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Vanessa Barata** (CH): — Assim, salvo em casos excecionais que ponham em causa este corolário, é nesse equilíbrio entre o poder político abster-se de intervir, por um lado, e a fiscalização do cumprimento destas liberdades, por outro, que reside a verdadeira garantia de independência.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Vanessa Barata** (CH): — Deste modo, o Chega é dos maiores defensores da transparência neste País,...

Risos do Deputado do L Rui Tavares.

... mas também, Srs. Deputados, é preciso ver se é mesmo na transparência que os outros partidos estão interessados.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Então, diga lá quem financiou a vossa campanha em 2019?

Vozes do CH: — Chiu!

A Sr.^a **Vanessa Barata** (CH): — É preciso ver se é transparência em toda a linha. É preciso ver!

Aplausos do CH.

É preciso ver se não é só relativamente à idoneidade de determinados...

Protestos do PS e contraprotestos do CH.

É preciso ver...

Protestos do PS e contraprotestos do CH.

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados,...

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Não gostam de apartes quando não são vocês a fazê-los!

A Sr.^a **Vanessa Barata** (CH): — Já vou concluir, Sr. Presidente...

O Sr. **Presidente:** — Queira continuar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Vanessa Barata** (CH): — É preciso, dizia eu, ver se o interesse na transparência não é só relativamente à idoneidade de determinados e muito concretos acionistas...

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Exatamente!

A Sr.^a **Vanessa Barata** (CH): — ... ou se, por exemplo, também é quanto ao caso das gémeas, quanto aos factos concretos da Operação *Influencer* e quanto aos negócios da exploração de lítio. É preciso ver se vamos manter esse nível de transparência.

Aplausos do CH.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Marcos Perestrello.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Os acontecimentos no Global Media Group, os acontecimentos recentes, tresandam a estranho — penso que isto é consensual —, mas também não deixa de ser estranho, por exemplo, o argumentário da intervenção do Partido Socialista para demonstrar porque é que não vai votar favoravelmente a constituição de comissões parlamentares de inquérito, porque equipara comissões parlamentares de inquérito às comissões permanentes e regulares que nós temos nesta Casa.

Protestos das Deputadas do PS Maria Begonha e Mara Lagriminha Coelho.

E nós aí ficamos surpreendidos! Como se uma comissão parlamentar normal desta Casa tivesse os mesmos poderes dos de uma comissão parlamentar de inquérito, nomeadamente para pedir documentação, que é preciso, e também — e isto é um pormenor! — porque o regime jurídico das comissões parlamentares de inquérito, que lhes dá poderes judiciais, demonstra que uma pessoa em comissão parlamentar de inquérito não pode mentir à vontade, porque isso tem consequências.

Portanto, esse argumento do Partido Socialista é muito estranho. Qual será, então, o problema do Partido Socialista? Será porque estas propostas de criação de comissões parlamentares de inquérito pressupõem uma análise aos acontecimentos recentes da Global Media Group, mas também possibilitam que se analise o passado? Será porque entre negócios estranhos, entre interferências políticas, não é só a última administração que tem de vir a esta Casa prestar esclarecimentos para além da ERC? É que, como está também proposto, são, pelo menos, as três administrações anteriores, de quando foram, por exemplo, vendidas as pérolas do Global Media Group.

O problema do PS talvez seja recordarmo-nos de quando havia guardas pretorianas no Global Media Group, como se tornou público.

Terminamos, citando a TSF, que pertence ao Global Media Group e que transmite porque é que é preciso uma comissão parlamentar de inquérito: porque é preciso ir até ao fim da rua e até ao fim do mundo para perceber aquilo que aconteceu no Global Media Group.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, saúdo-o a si pela primeira vez que o vejo na condução dos trabalhos da Assembleia.

Ficou uma coisa clara neste debate: é que não teremos comissão de inquérito, porque nem PSD nem PS a querem. Não ficou claro, no entanto, é que consequências se extraem de casos como este e outros que se têm vindo a suceder e que tornam a situação mais grave agora do que já era há alguns meses.

Portanto, não ficou claro até onde é que estão dispostos a ir para levar a sério as vossas palavras de que querem proteger a liberdade de imprensa, mas vamos testar isso. E vamos testá-lo com iniciativas nesta Assembleia.

Em relação à transparência da detenção dos títulos de média, é importante que a ERC passe a ter uma base de dados onde os detentores sejam divulgados e onde haja explicações acerca de onde é que vêm esses detentores, para não se esconderem atrás de títulos mais ou menos obscuros.

É preciso também, porque o PSD agora pretende divulgar os fundos do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) através de imprensa local — muito bem! —, que haja transparência na alocação de fundos públicos à imprensa, para que toda a gente saiba.

É preciso proteger os nossos jornalistas da pressão das grandes plataformas de redes sociais, que às vezes retiram, ou apagam, ou censuram notícias sem nunca dar explicações.

E é preciso proteger jornalistas de gabinetes de ódio que já existem, hoje em dia, em Portugal, que perseguem jornalistas individualmente, em particular jornalistas mulheres, em particular jornalistas de minorias, que os atacam, insultam, ofendem todos os dias, tentando impedi-los de fazer o seu trabalho.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — E a Joacine?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Mas porque é que enfiam a carapuça, Srs. Deputados do Chega? Eu nem mencionei ninguém.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ninguém falou aqui! Aldrabão!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Mas, a verdade é que vejo todos os dias jornalistas que precisam de ser heróis para continuar a fazer o seu trabalho e se há uma coisa que devemos querer para o nosso País é que em Portugal não seja preciso ser herói para ser jornalista.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Muito obrigado, Sr. Deputado...

Protestos do CH e contraprotestos do Deputado do L Rui Tavares.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vai às primárias do Livre!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — E as vossas, como é que as fazem?

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — E a Joacine?!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Srs. Deputados...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Falou-se em gabinetes de ódio e acordaram logo! Vê se logo de onde vêm!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Onde é que trabalha a tua mulher?!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Srs. Deputados, podemos dar a palavra ao próximo orador?

Protestos do CH.

Srs. Deputados, queria dar a palavra à Sr.^a Deputada Cristina Rodrigues, do Chega, para uma intervenção, se o Chega deixar. Talvez o Chega deixe.

Protestos do CH.

Srs. Deputados, vamos deixar a oradora tomar a palavra.

Protestos do CH.

Vamos deixar poisar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Temos hoje em discussão duas propostas de constituição de comissões de inquérito, uma claramente a cópia da outra, razão pela qual ambas têm o mesmo problema. Nenhuma consegue justificar a razão pela qual a ERC, o regulador, deverá ser objeto destas comissões de inquérito.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Essa é que é essa!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Nenhuma consegue explicar onde está uma conduta eventualmente ilegal ou criminosa por parte da ERC, nem apontar qualquer suspeita quanto a essa matéria, revelando o desconhecimento sobre as competências da ERC, bem como sobre o regime jurídico dos inquéritos parlamentares.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Senão, vejamos: os membros do Conselho Regulador da ERC tomaram posse em novembro; em dezembro vieram à Assembleia da República prestar esclarecimentos; no mês seguinte abriram um processo administrativo a este fundo; em março suspenderam o exercício dos direitos de voto e dos direitos patrimoniais, exigindo ao World Opportunity Fund o cumprimento das regras de transparência a que está sujeita.

A isto acresce que, mensalmente, a ERC tem o dever de remeter à Assembleia da República as suas deliberações, o que, obviamente, possibilita avaliar o seu desempenho. Recorde-se que os membros do Conselho Regulador são nomeados pela Assembleia da República.

Vozes do CH: — Muito bem!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Por essa mesma razão, esta Assembleia da República também pode proceder à sua dissolução.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Esta, sim, é uma forma de fiscalização política da ação da ERC, mas não é isso que os proponentes fazem.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Aquilo que pretendem com estas propostas é puro folclore com aquilo que é um assunto sério.

Aplausos do CH.

Que se note que o Chega não é claramente um defensor da ERC,...

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Não se nota!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — ... pelo contrário, tem também queixas sobre a falta de atuação da ERC no que diz respeito a alegações por falta de rigor jornalístico.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Para a ERC, tudo é liberdade jornalística quando diz respeito a jornalistas que dizem mal do Chega, dizem de tudo e do pior,...

Aplausos do CH.

... um certo tipo de jornalismo que recorre ao sensacionalismo, que muitas vezes não distingue factos daquilo que é a sua opinião.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Ah!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Reiteradamente, a ERC tem decidido em desfavor do Chega, mas isso é uma coisa. Outra, bem diferente, é dizermos que a ERC deve ser sujeita a um inquérito parlamentar. Especialmente quando a ERC é o regulador, é uma entidade administrativa independente, não é a Assembleia que tem de dizer como, quando e de que forma deve exercer o seu trabalho.

Aplausos do CH.

Isto é, claramente, uma tentativa de ingerência de alguns partidos na atividade regulatória, comprometendo o regular funcionamento das instituições em troca de meia dúzia de notícias. Sei que para alguns partidos é uma questão de sobrevivência, mas a legalidade ainda está primeiro.

Aplausos do CH.

Existem, assim, dúvidas do ponto de vista jurídico relativamente ao objeto destas comissões de inquérito, tudo isto sem prejuízo de estarmos de acordo com as acusações de falta de transparência e reconhecermos a instabilidade provocada por toda esta situação. Também no que diz respeito à compra, ou não, da Lusa pode haver necessidade de uma maior investigação, até porque há suspeitas de intervenção política no negócio.

Dito isto, o Chega não irá inviabilizar estas comissões de inquérito.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Tentando responder a algumas das questões que foram sendo colocadas no ar, penso que é importante reverificar quais são as funções que o Parlamento tem e os instrumentos que tem ao seu alcance.

Muitas das questões que foram colocadas durante o debate têm resposta através de alterações legislativas: o reforço do controlo da idoneidade dos dirigentes dos órgãos de comunicação social; a garantia que toda a cadeia de propriedade é pública e não apenas limitada por uma percentagem.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Neste caso concreto?!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Tudo isto se pode fazer imediatamente sem necessidade de uma comissão parlamentar de inquérito.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — E neste caso concreto?!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Há um ponto relevante que, de facto, tem a ver com o que deve ser a postura da Assembleia da República perante reguladores independentes.

Parece-nos, efetivamente, que a ideia da parcimónia no controlo de um órgão político em relação ao outro é algo que criticaríamos, seguramente, se surgisse na Hungria, mas, obviamente, temos também de ter a autocontenção de o fazer na nossa sede, quando pretendemos que o regulador seja efetivamente independente.

Não significa que não possa acontecer, mas os dados neste caso — em relação a este regulador, neste caso — parecem insuficientes para justificar uma comissão parlamentar de inquérito quando há outras ferramentas, seja na 12.ª Comissão, seja através de alterações legislativas.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Foi o que eu disse! Podem vir a preencher!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Por isso, parece-nos que é possível usarmos tudo o que temos ao nosso alcance, sem ter de recorrer à bomba atómica ou à arma mais dura de todas, que seria a utilização de um inquérito parlamentar, razão pela qual não viabilizaremos as propostas.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, não temos mais pedidos de palavra, pelo que passamos para a sessão de encerramento.

Para o efeito, dava a palavra à Sr.^a Deputada Joana Mortágua, do Bloco de Esquerda. Dispõe de 2 minutos, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente e Srs. Deputados: Não há ninguém nesta Câmara que não tenha reconhecido que há um problema de falta de transparência na Global Media — ninguém. No entanto, há dúvidas e muitas desculpas e justificações para não aprovar um instrumento que permitiria a esta Assembleia chegar ao fundo das dúvidas que surgiram sobre o processo da Global Media.

É que, sim, a Comissão de Cultura e Comunicação, Juventude e Desporto já se debruçou sobre esse assunto e foi precisamente por isso, e por já ter usado os poderes que tinha ao seu alcance, que chegou à conclusão de que era preciso ir mais longe.

Quero só referir a explicação que o José Paulo Fafe deu neste Parlamento para o negócio da Global Media. José Paulo Fafe explica o negócio da Global Media da seguinte maneira: «Tenho um amigo que me disse: “oiça lá, há ali um fundo que tem 30 mil milhões. Você não quer ir comigo a Genebra, que a gente vai lá tratar disto?”» E José Paulo Fafe disse: «Oh, vou, vou sim senhor.»

Foi a Genebra, quando lá chegou teve uma reunião e na reunião disseram-lhe: «Olhe, você não quer ficar para amanhã e a gente apresenta isto a outra pessoa?» e ele diz «Está bem. E fiquei para o dia seguinte. E disseram-me “então ponha lá por escrito.”» e cito: «Então eu passei aquilo para um papel, fiz um A4, pouco mais do que um A4, sobre a ideia do projeto. No dia a seguir, tive a reunião, eles perguntaram-me que grupos é que estavam à venda e vim para Portugal.»

E um fundo com sede nas Baamas entregava, assim, pelo menos 7 milhões a José Paulo Fafe para comprar a Global Media. Ninguém acha isto estranho! Ninguém acha estranhas as acusações que houve, durante as audições parlamentares, de ingerência política, de ingerência editorial, de problemas de gestão, de depredação de património, de fraude. É que no momento em que os trabalhadores estavam sem salários e sem subsídios, a administração fazia-se pagar ordenados sultânicos recorrendo a esquemas muito pouco transparentes e, ao mesmo tempo, havia outras contratações.

Ninguém acha isto estranho! Ninguém acha que isto justifica uma comissão de inquérito e, portanto, ninguém acha estranho que um fundo nas Baamas escolha José Paulo Fafe, um homem que tem dívidas à própria Global Media, para dirigir um projeto que anuncia crescimento e que leva o maior grupo empresarial de comunicação social privado praticamente à falência. Ninguém acha estranho, pelo menos ninguém acha que justifica um inquérito.

A minha pergunta mantém-se: que interesses é que estão por detrás da não-vontade de viabilizar esta comissão de inquérito? É que uma coisa tenho certa: quando nós começámos a puxar este fio saíram nomes,...

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr.^a Deputada,...

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — ... saiu o nome de Luís Bernardo, ex-assessor de Sócrates,...

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr.^a Deputada, peço-lhe que conclua.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — ... — termino, Sr. Presidente — ... saíram nomes ligados ao Chega, saíram nomes ligados ao PSD...

Vozes do CH: — Oh! Ao Chega?!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Mentirosa!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Quando puxámos o fio saíram nomes.

E a minha pergunta é: quem é que tem interesse em que não puxemos o resto deste fio?!

Aplausos do BE.

O Sr. **André Ventura** (CH): — A Mariana chegou agora! A Mariana traz os recibos! A Mariana também tem de trazer os recibos da Global Media!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Estão muito irritados!

Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Nomes do Chega?!

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Também para uma intervenção, em que dispõe de 2 minutos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Não podemos, reiteradamente, dizer que é preciso uma liderança livre, forte e independente e no momento em que a mesma está a saque, virar os olhos e fazer de conta que não se passa nada.

Não serve de argumento aquilo que ouvimos por parte do bloco central, vir alegar que existem comissões, nomeadamente comissões parlamentares, quando aqui já foi feito esse escrutínio e a consequência foi nenhuma, precisamente porque não têm os mesmos poderes que tem uma comissão parlamentar de inquérito. É o mesmo que dizer lá fora, aos jornalistas e a todos aqueles que trabalham para edificar este poder — que é a imprensa no nosso País e num Estado de direito democrático —, que o trabalho que têm feito, um trabalho sério para pôr cá fora os problemas que se estavam a passar na Global Media, valeu de nada.

Não nos podemos esquecer de que esta Assembleia tem também a responsabilidade de escrutinar este tipo de atividades e não podemos ignorar que, efetivamente, a comissão parlamentar de inquérito — à semelhança do que aconteceu quando foi da gestão do BES (Banco Espírito Santo, S. A.), do Grupo Espírito Santo (GES), em 2014 e 2021 — tem um papel muito importante para que se possam tornar consequentes as próprias declarações aqui prestadas.

Todos estivemos na Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto e ouvimos os depoimentos que ali foram feitos, ouvimos o quanto não só cheirava mal, como tresandava. Não podemos ignorar que isto tem de ser consequente.

Mas, hoje os portugueses ficarão a saber quem é que quer, como já aqui foi referido, puxar o fio e ir até ao fim das consequências para abrimos esta caixa negra e percebermos o que é que, efetivamente, se passou através desta aquisição. Por outro lado, também ficarão a saber aqueles que querem que continue tudo como estava antes ou, pior, os que podem enfraquecer desta forma grupos históricos no nosso País, pondo em causa não apenas a estabilidade — com os despedimentos do ponto de vista laboral — mas, acima de tudo, um eixo fundamental, que é a liberdade de imprensa.

Não podemos ter jornais como o *Diário de Notícias*, o JN, dando estas referências entre tantos outros, que são jornais históricos no nosso País, a saque e não fazer absolutamente nada.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E O Jogo? E a TSF?

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Da parte do PAN, contam connosco para, não apenas nesta comissão parlamentar de inquérito, mas também noutras que aqui foram apresentadas, irmos até às últimas consequências para escrutinar e para defender aquilo que em Portugal deve ser acarinhado, como é o caso do jornalismo e da imprensa.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, chegámos ao fim do nosso debate. Estando a votação regimentalmente marcada para as 12 horas, vamos ter de suspender os trabalhos durante 10 minutos e a verificação do quórum será feita às 12 horas.

Srs. Deputados, vamos interromper os nossos trabalhos por 10 minutos.

Eram 11 horas e 48 minutos.

Srs. Deputados, está reaberta a sessão. Pedia que retomassem os vossos lugares.

Eram 11 horas e 59 minutos.

Peço aos serviços para irem «ligando o mecanismo», usando as palavras do anterior Presidente Jaime Gama, de verificação do quórum.

Pausa.

Pedia aos Srs. Deputados que ainda não efetuaram o registo do quórum o favor de o fazerem. Vejo que há vários Srs. Deputados que ainda não conseguiram efetuar o registo.

Pausa.

Ainda há vários Srs. Deputados que não conseguiram efetuar o registo.

Pausa.

Pedia aos serviços o favor de encerrarem o quórum e apresentarem os resultados.

Pausa.

Alguns dos Srs. Deputados Já me estão a fazer sinal. Pedia, assim, aos Srs. Deputados que não se conseguiram registar o favor de se levantarem e ditarem o nome para a ata, por favor.

O Sr. **António Pinto Pereira** (CH): — Sr. Presidente, António Pinto Pereira. Não me consegui registar.

O Sr. **Diogo Pacheco de Amorim** (CH): — Sr. Presidente, Diogo Pacheco de Amorim. Também não me consegui registar.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Os Srs. Deputados do CDS, da Iniciativa Liberal, do PSD, do PS, do Bloco de Esquerda, do Livre e do PCP conseguiram registar-se todos?

Pausa.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tendo a indicação de que todos os Srs. Deputados estão agora registados, estamos então em condições de passar à votação.

A primeira votação é relativa ao Projeto de Resolução n.º 31/XVI/1.ª (PAR) — Deslocação do Presidente da República à Suíça.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

A segunda votação é da proposta de Inquérito Parlamentar n.º 1/XVI...

O Sr. Deputado Alfredo Maia pede a palavra. Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, era apenas para fazer uma declaração de eventual conflito de interesses uma vez que, tendo embora a atividade profissional suspensa, integro o corpo redatorial de um dos jornais do Grupo Global Media, pelo que faço esta declaração de eventual conflito de interesses quer em relação à votação da segunda proposta, quer em relação à votação da terceira proposta.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mariana, viste como é que se faz?!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Portanto, a declaração é relativa às duas próximas votações. Fica registado, Sr. Deputado.

Passamos, então, à votação da proposta de Inquérito Parlamentar n.º 1/XVI/1.ª (BE)...

A Sr.ª Deputada Isabel Oneto pede a palavra. Para que efeito, Sr.ª Deputada?

A Sr.ª **Isabel Oneto** (PS): — Sr. Presidente, para o mesmo efeito.

Vozes do CH: — Não há mais ninguém?!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — É só a mim que querem expulsar.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Srs. Deputados do Chega, deixem-nos fazer a votação.

Protestos do CH e contraprotestos do BE.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Srs. Deputados, vamos então passar à votação da proposta de Inquérito Parlamentar n.º 1/XVI/1.ª (BE) — Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à atuação do regulador no âmbito da reestruturação acionista do GMG.

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD, do PS e do CDS-PP, votos a favor da IL, do BE, do PCP, do L e do PAN e a abstenção do CH.

Passamos à votação da proposta de Inquérito Parlamentar n.º 2/XVI/1.ª (PAN) — Constituição de uma Comissão de Inquérito Parlamentar ao processo de alteração da propriedade do Global Media Group envolvendo o World Opportunity Fund, Lda.

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD, do PS e do CDS-PP, votos a favor da IL, do BE, do PCP, do L e do PAN e a abstenção do CH.

Damos por concluídas as votações e a ordem de trabalhos, por hoje, e passamos, assim, à leitura da agenda da reunião plenária do dia 23 de abril de 2024, a próxima terça-feira.

O plenário começa às 15 horas, tendo como primeiro ponto da ordem de trabalhos o debate da proposta de Inquérito Parlamentar n.º 3/XVI/1.ª (PCP) — Inquérito Parlamentar sobre a privatização da ANA Aeroportos.

Do ponto dois da ordem de trabalhos consta a discussão da Petição n.º 87/XVI/1.ª (Marta Manuel Dias Neves de Vasconcelos Marques e outros) — Comparticipação da dieta completa em pó Modulen IBD para doentes/pacientes com doença de Crohn, conjuntamente com os Projetos de Lei n.ºs 49/XVI/1.ª (BE) — Regime de comparticipação para nutrição entérica, 55/XVI/1.ª (PAN) — Cria um regime especial de comparticipação do Estado no preço dos alimentos para fins medicinais específicos destinados às pessoas que apresentem risco nutricional associado à doença, 59/XVI/1.ª (L) — Estabelece o regime excecional de comparticipação do Estado no preço da nutrição entérica e define que a dispensa destas terapêuticas é feita pelas farmácias comunitárias e com os Projetos de Resolução n.ºs 28/XVI/1.ª (CH) — Pela comparticipação da dieta completa em pó Modulen IBD para doentes com doença de Crohn, 33/XVI/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo a avaliação da comparticipação de um suplemento alimentar específico para pessoas com doença de Crohn, 36/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que assegure a comparticipação de suplementos alimentares para pessoas com doença de Crohn e 40/XVI/1.ª (PCP) — Pelo acesso a produtos não farmacológicos para o tratamento da doença inflamatória do intestino, nomeadamente a doença de Crohn e 42/XVI/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a acessibilidade aos cuidados nutricionais no ambulatório.

No ponto três da ordem de trabalhos teremos o debate da Petição n.º 79/XVI/1.ª (Marta da Silva Gameiro e outros) — Petição para a Organização de um Referendo sobre a Adesão de Portugal ao Tratado Pandémico da OMS em conjunto com o Projeto de Resolução n.º 41/XVI/1.ª (CH) — Recomenda que o Estado português não adira ao Tratado Pandémico.

Do ponto quatro da ordem de trabalhos consta também a discussão conjunta da Petição n.º 13/XVI/1.ª (Associação Sindical Portuguesa dos Enfermeiros) — Enfermeiros reclamam descongelamento da carreira e avaliação de desempenho igual aos Enfermeiros da Região Autónoma da Madeira, dos Projetos de Lei n.ºs — 50/XVI/1.ª (BE) — Progressões, salários e condições de trabalho para os profissionais de enfermagem do Serviço Nacional de Saúde, 56/XVI/1.ª (PAN) — Aprova um regime excecional de avaliação do desempenho dos profissionais das carreiras de enfermagem do Serviço Nacional de Saúde para o biénio de 2025-2026, em reconhecimento do esforço empreendido no âmbito da pandemia da doença COVID-19, 57/XVI/1.ª (PAN) — Altera a carreira de enfermagem, repondo a justiça, valorizando trabalhadores essenciais ao Serviço Nacional de Saúde e ao país e premiar o esforço dado no âmbito da crise sanitária provocada pela COVID-19, alterando diversos diplomas, 58/XVI/1.ª (PCP) — Valorização profissional e remuneratória dos enfermeiros no SNS e 60/XVI/1.ª (L) Elimina as posições remuneratórias intermédias dos enfermeiros, alterando pela segunda vez o Decreto-Lei n.º 71/2019, de 27 de maio e dos Projetos de Resolução n.ºs 35/XVI/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que tome as medidas necessárias à valorização estatutária e remuneratória da carreira especial de enfermagem e 39/XVI/1.ª (L) — Recomenda a contagem de pontos e reposição da paridade entre a carreira de enfermagem e a carreira técnica superior da Administração Pública.

Srs. Deputados, tenham um bom fim de semana e até para a semana.

Está, assim, encerrada a sessão.

Eram 12 horas e 09 minutos.

Declarações de voto enviadas à Mesa para publicação

Relativa ao Projeto de Resolução n.º 967/XVI/2.ª: [votado na reunião plenária de 11 de janeiro de 2024 — DAR I Série n.º 39 (2024-01-12)]:

O Grupo Parlamentar do PSD que integro deu voto favorável, com indicação de disciplina de voto, ao Projeto de Resolução do Partido Socialista relativo à Alta Velocidade (AV) e ao procedimento de concurso público referenciado no mesmo.

Sobre esta iniciativa manifesto as mais sérias preocupações e dúvidas pelos seguintes factos:

1. O Partido Socialista, ao fim de mais de oito anos de governação, apresenta no final de Legislatura e com um governo em gestão uma proposta não devidamente fundamentada para a abertura de um concurso público em que os Deputados não tiveram acesso às informações técnicas e ao modelo de negócio que permitisse uma apreciação adequada e séria da referida proposta.

2. Não consta do projeto de resolução do Partido Socialista qualquer elemento adicional que fundamente a urgência evocada para o lançamento do concurso, em modelo anunciado de PPP — Parceria Público-privada — nem é apresentada documentação devida que assegure um modelo económico que sustente o financiamento e a exploração de uma Linha de Alta velocidade no troço Lisboa-Porto-Lisboa, sabendo-se dos elevados custos de CAPEX (Capital Expenditure) que tais infraestruturas exigem.

3. Não consta igualmente informação relativa aos estudos requeridos pelo PSD e Deputados inclusive aquando da discussão na especialidade do Orçamento de Estado para 2024 em que o signatário solicitou tal informação ao Ministro das Infraestruturas em plena sessão de Comissão Parlamentar para o efeito convocada, em novembro de 2023, ainda antes da demissão do Governo.

4. A iniciativa do PS, tardiamente apresentada, já em final de Legislatura, não se conforma com o rigor e exigência indispensável a uma tomada de posição de elevada responsabilidade — investimento na Alta Velocidade no troço Lisboa- Porto -Lisboa - algo que obriga a uma avaliação custo-benefício e dos impactes ambientais associados, bem como a um trabalho de apreciação na especialidade o que deveria ter tido lugar nas Comissões Parlamentares respetivas — CEOPPH (Comissão de Economia, Obras Públicas e Habitação) e CAENE (Comissão de Ambiente e Energia), algo que não ocorreu.

5. A iniciativa do Partido Socialista pretende suportar um ato a praticar pelo Governo, em circunstâncias não aceitáveis à data em que é apresentada, havendo uma provada negligência no atraso verificado pelo Governo neste âmbito e na sua apresentação e discussão, com uma ameaça do perigo de «perda de fundos comunitários» sem que tal seja devidamente demonstrado, nem avaliado devidamente o investimento por parte do Estado Português associado ao projeto de Alta Velocidade adicional à verba referida quanto à participação comunitária pré-anunciada.

6. Se a Alta Velocidade ao nível das ligações internacionais previstas no Plano Ferroviário Nacional (em apreciação pública) não são colocadas em causa, já os elevados custos da AV no traçado Lisboa-Porto-Lisboa têm de merecer dúvidas legítimas e uma apreciação muito cuidada pois deverão, inclusive, condicionar e mesmo retirar meios financeiros para financiar a remodelação e o alargamento necessário da rede ferroviária para as zonas interiores do País, estas sim para servir devidamente as populações que dela necessitam, bem como satisfazer as cidades intermédias, algo de uma velocidade em AV (superior ou igual a 250 km/h) não permite pois obriga a uma circulação dedicada com parâmetros elevados de manutenção e custos e nem satisfaz as necessidades do transporte ferroviário de mercadorias. As cidades de Lisboa e Porto dispõem hoje de uma ligação em Velocidade Elevada (160 a 220 km/h) com perfil de sucesso e que carece da remodelação da linha do Norte e de uma adequação necessária à sua otimização e possível extensão da tecnologia pendular e no aumento da sua frota e intensidade e adaptando às principais linhas estratégicas do País, algo não devidamente avaliado e estudado pelo Governo.

7. Face ao exposto, aos riscos não devidamente avaliados nem às alternativas atrás mencionadas, discordo da aprovação do Projeto de Resolução apresentado pelo Partido Socialista.

8. Assim, não obstante subscrever as dúvidas e preocupações transmitidas em sede de discussão em Plenário, as intervenções realizadas pelos Deputados António Topa e Paulo Rios, ambos do meu partido, e de acordo com as mesmas, que deveriam conformar-se em proposta do PSD em sentido de voto diferente, discordo do voto favorável ao Projeto de Resolução n.º 967/XV/2.^a, do PS.

O Deputado do PSD, *João Carlos Dias Coelho*.

[Recebido na Divisão de Redação a 21 de março de 2024.]

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.